



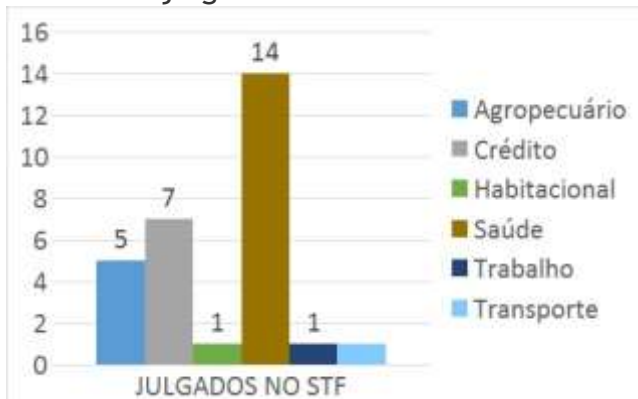
Semana: 08 a 12 de maio de 2017

Números da semana:

STF:

Recursos distribuídos: 06

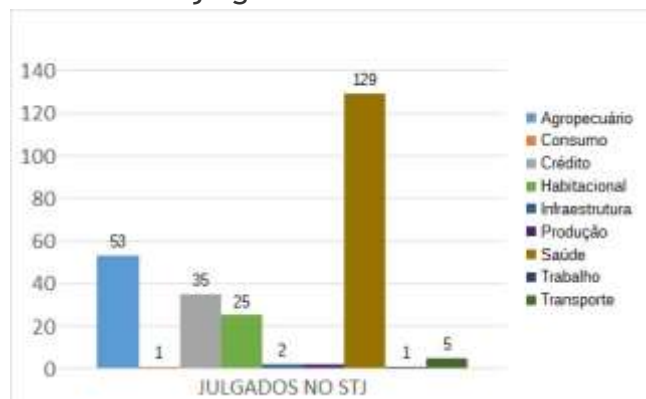
Recursos julgados: 29



STJ:

Recursos distribuídos: 119

Recursos julgados: 253



Destaque



TST reconhece legalidade na contratação de cooperativa de trabalho para prestação de serviços a empresa varejista.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em decisão proferida em Agravo de Instrumento em Recurso de Revista AIRR - 11624-55.2014.5.15.0085, publicada na semana passada (12/05), julgou lícita a contratação de cooperativa de trabalho para atuar no descarregamento de mercadorias destinadas a uma rede varejista.

Embora a instância superior do Judiciário trabalhista esteja impedida de avaliar fatos e provas para a formação de seu convencimento, o Ministro Barros Levenhagen, relator do recurso, reconheceu que o conjunto probatório formado nas instâncias anteriores conduzia ao entendimento de que *“os cooperados laboravam de forma autônoma, observando as regras mínimas estipuladas pela cooperativa”*.

A decisão acabou por confirmar o que já havia decidido o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, ao analisar o mesmo caso concreto. O voto, naquela oportunidade, trouxe relevantes fundamentos que são constantemente reafirmados pelo sistema cooperativista, na defesa da injusta generalização imposta ao cooperativismo de trabalho no âmbito administrativo e judicial.

Argumentos como a ausência de precarização das relações do trabalho e a impossibilidade de presunção de má fé na atuação das cooperativas de trabalho foram reconhecidos no acórdão da 2ª instância, em passagens como: **“em um vínculo trabalhista tradicional, mediante contrato de emprego, seu salário seria, evidentemente, bem menor, conforme análise supra que indiciou remuneração três vezes superior ao piso estadual para trabalhadores da categoria do demandante (...)”** e **“transcrevo, por fim, correta ponderação extraída da r. sentença, sobre a necessidade de averiguação pontual de cada situação e da impossibilidade de presumir má fé ou desvios de finalidade”**.

Para acessar a íntegra do acórdão do TST, [clique aqui](#).

Convidamos o advogado cooperativista Élbio Senna para comentar este relevante precedente do TST para as cooperativas de trabalho. Ele é especialista em Direito Cooperativo e Tributário e assessor jurídico da Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio Grande do Sul - FETRABALHO/RS.

Comentário: *“Ressalte-se, que decisões como esta, são de fundamental importância para o fortalecimento do cooperativismo de trabalho, mas para que isto continue a ocorrer, faz-se necessário que as cooperativas de trabalho ajustem o seu “modus operandi” aos moldes da legislação de regência e aquela aplicável aos serviços em espécie, aliado ao cumprimento dos direitos contidos no art. 7º da Lei 12.690/12 aos seus cooperados, visando a melhoria das condições de trabalho de seus associados (objetivo primordial das cooperativas), dentre eles citamos: I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas; II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;*



Élbio Senna

Advogado cooperativista

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; IV - repouso anual remunerado; V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; VII - seguro de acidente de trabalho.”

Confira o inteiro teor do comentário, com elucidativos esclarecimentos sobre a decisão, [clique aqui](#).



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Possibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário não executado quando garantido por depósito judicial.



SAÚDE

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO. ISS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO FISCAL. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário se dá pelo depósito do seu montante integral, na forma do art. 151, II do CPC e Súmula 112 do STJ. No caso, demonstra a agravante a garantia através do depósito do valor, relativamente ao crédito fiscal protestado. No entanto, com relação ao crédito objeto de execução fiscal, com penhora, como alega a recorrente, já há suspensão da exigibilidade. Entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça. Desta forma, cabível apenas a suspensão da exigibilidade do crédito ainda não executado, o qual se encontra garantido pelo depósito em dinheiro. Agravo provido parcialmente.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70071473201, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em 10/05/2017, Publicado em 12/05/2017)

Assunto: Não obrigatoriedade de prova da origem da dívida em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente.



AGROPECUÁRIO

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO OBJETIVO RECURSAL, ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES. REJEITADA. Razões de apelação suficientes à demonstração do interesse pela reforma da sentença. MÉRITO. CHEQUE PRESCRITO. Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula. Súmula 531 do STJ. Impugnação da embargante no sentido de quitação do título, que não restou comprovada, ônus que lhe incumbia. Ademais, uma vez iniciado o debate sobre a origem do débito, nada obsta à parte adversa que junte documentação para contrapor os argumentos dos embargos. Juros moratórios. Falta de interesse recursal. Sentença confirmada. Verba honorária recursal arbitrada. REJEITARAM A PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES, CONHECERAM EM PARTE DO APELO E, NESTA, NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70073127557, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giuliano Viero Juliato, Julgado em 09/05/2017, Publicado em 11/05/2017)

Assunto: Ausência de abusividade no reajuste de mensalidade do plano de saúde coletivo decorrente de alteração por faixa etária e na forma do contrato firmado.



RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REAJUSTE C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTE DE MENSALIDADE POR FAIXA ETÁRIA E NA FORMA DO CONTRATO FIRMADO. REAJUSTE NO PERCENTUAL PERMITIDO E CONFORME AS NORMAS DA ANS. RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 63/03 DA ANS. ABUSIVIDADE NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO PROVIDO.

(TJRS, Recurso Cível N° 71006752380, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 05/05/2017, Publicado em 12/05/2017)

Assunto: Obrigatoriedade legal, comprovado vínculo associativo, da integralização da quota-parte do capital social da cooperativa.



APELAÇÃO CÍVEL. COOPERATIVA DE CRÉDITO. SICREDI. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL HIPOTECÁRIA. CONTA INVESTIMENTO E CONTA-CORRENTE. RESGATE AUTOMÁTICO DE VALORES. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. CESTA DE RELACIONAMENTO E SEGURO PRESTAMISTA. DÉBITO AUTORIZADO PELO ASSOCIADO. HIPÓTESE DE "VENDA CASADA" NÃO COMPROVADA. INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL. PREVISÃO ESTATUTÁRIA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Em relação ao resgate automático de valores da conta investimento para a conta-corrente, não restou evidenciada nos autos a expressa contratação nesse sentido. Assim, não que se infligir qualquer responsabilidade à demandada pela incidência de taxas e juros sobre o saldo devedor. Depreende-se dos extratos acostados aos autos que foram realizadas transferências da conta investimento para a conta-corrente sob a rubrica "Cred. Transf. CI P/CC", e em pequenos valores, a indicar que o próprio autor as efetuou, pois que não cobrira a totalidade do saldo devedor. 2. Prova documental a demonstrar que o demandante também abriu a conta de depósito, e também autorizou o serviço referente à cesta especial. Da mesma forma, firmou o termo de adesão ao seguro prestamista, autorizando o débito do prêmio do seguro na conta de depósito/corrente. 3. Não restou evidenciada a alegada "venda casada" de produtos vinculada ao empréstimo concedido ao associado. 4. No que se refere à integralização do capital mediante descontos na conta-corrente, inegável que a obrigação decorreu da condição de associado do apelante, conforme previsto no Estatuto Social da entidade (cláusula 7º, IV, fl. 90), além de decorrer tal obrigação da Lei nº 5.764/71. 5. Os danos morais não restaram configurados, pois que não comprovado o descumprimento contratual ou a prática de ato abuso ou ilegal por parte da apelada a ensejar a obrigação de repará-los. O apelante não se desincumbiu do ônus previsto no art. 333, I, do CPC/19173 (art. 373, I, CPC/2015). 6. Sentença de improcedência mantida por seus próprios fundamentos. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70070121728, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 27/04/2017, Publicado em 10/05/2017)

Assunto: Possibilidade de penhora de 30% da safra para garantir o pagamento da dívida por não inviabilizar a subsistência do devedor e possibilitar a satisfação do débito.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, PENHORA DE 30% DA SAFRA DE UVA E DE PÊSSEGO. POSSIBILIDADE. A manutenção do percentual de 30%, da produção, determinado na decisão agravada, não inviabiliza a subsistência do devedor e possibilita à Cooperativa o recebimento de seu crédito, mesmo porque o agravante não indica qualquer outro bem para garantir o pagamento da dívida. AGRAVO DESPROVIDO.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70070523428, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Maria Nedel Scalzilli, Julgado em 27/04/2017, Publicado em 08/05/2017)

Assunto: Possibilidade de averbação, na matrícula do imóvel, da existência da ação pauliana a fim de evitar possível ocorrência de fraude contra credores.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO PAULIANA. PEDIDO DE ANOTAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO EM MATRÍCULA DE IMÓVEL. POSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072238454, Décima Sétima Câmara Cível, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em 27/04/2017, Publicado em 08/05/2017)

Assunto: Legalidade da atribuição da preferência ao credor pelo encargo de fiel depositário do bem móvel constrito, quando não houver depositário judicial.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ENCARGO DE FIEL DEPOSITÁRIO DE BEM PENHORADO. PREFERÊNCIA DO CREDOR. Recai sobre o credor a preferência de ser nomeado como fiel depositário do bem móvel penhorado, conforme previsão expressa do art. 840, § 1º, do CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072269301, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 27/04/2017, publicado em 08/05/2017)

Assunto: Não cabimento de revisão do débito em exceção de preexecutividade por demandar dilação probatória.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REVISÃO DO CONTRATO. DESCABIMENTO. ALEGAÇÃO DE CONFUSÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR, ALÉM DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. AFASTAMENTO. DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. - A exceção de pré-executividade pode ser oposta a qualquer tempo e se destina a questões de ordem pública, enquanto durar o processo de execução, o que torna impossível seu conhecimento para revisão dos termos do contrato de confissão de dívida, uma vez que é matéria que não se mostra passível de discussão sem a devida instrução probatória. - Agravante, como sócio da cooperativa credora, pode ser demandado em juízo por esta, cobrando crédito que julga ser seu por direito. Não há se falar em ilegitimidade ou confusão entre as partes, considerando o título existente, além da diferença de patrimônio e as posições ativa e passiva na relação. - Afastamento do excesso de execução, haja vista a mínima prova a respeito do alegado, incumbência que cabia à parte agravante. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072764244, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 27/04/2017, Publicado em 08/05/2017)

Assunto: Legalidade da penhora sobre direitos do executado em bem alienado fiduciariamente.



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS DE TERCEIRO. CREDOR FIDUCIÁRIO. Cabível a constrição judicial sobre os direitos e ações que o executado possui sobre o bem alienado fiduciariamente em favor do embargante. Ressalva dos direitos do credor fiduciário. Penhora que não recaiu diretamente sobre o bem, devendo ser rejeitada a pretensão de desconstituição. Confirmada a sentença de improcedência. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70070117262, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giuliano Viero Juliato, Julgado em 27/04/2017, Publicado em 08/05/2017)

Assunto: Validade da forma eletrônica de apresentação de documentos (e-mail) para fins de comprovação de fatos jurídicos.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUNTADA DE DOCUMENTO. E-MAIL. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE INVALIDADE DO DOCUMENTO. AFASTADA. DECISÃO MANTIDA. A juntada de documentos eletrônicos para fins de comprovação de fatos jurídicos é perfeitamente aceita pela legislação e jurisprudência pátria. A declaração de invalidade de seu conteúdo depende da produção de prova. Ausente prova da verossimilhança e não preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC, sendo correta a decisão agravada. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. UNÂNIME.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072598253, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em 27/04/2017, Publicado em 08/05/2017)

Assunto: Necessidade da comprovação de suficiência de fundos na conta corrente, na data do vencimento, para confirmação da quitação das prestações, não bastando apresentação do comprovante de depósito.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COM PEDIDOS DE DANOS MORAIS E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECLAMO DO DEMANDANTE. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA QUITAÇÃO DA PARCELA DO PACTO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO/2014, EM 1º.12.2014, MOMENTO ANTERIOR A SUA INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INACOLHIMENTO. DEPÓSITO BANCÁRIO REALIZADO PELO AUTOR NESTA DATA QUE FOI INSUFICIENTE PARA O ADIMPLEMENTO DA PRESTAÇÃO. SALDO ZERADO EM CONTA CORRENTE QUE NÃO SE TRADUZ NA AUSÊNCIA DE DÉBITO, EM ESPECIAL PELO FATO DE TER SIDO DESCONTADO VALOR PARCIAL DA PRESTAÇÃO. UTILIZAÇÃO DO LIMITE DE CHEQUE ESPECIAL PARA FINS DE PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES, POR OUTRO LADO, NÃO CONTRATADA. AVENÇA FIRMADA ENTRE OS LITIGANTES QUE AUTORIZAVA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ APENAS O DESCONTO AUTOMÁTICO NA CONTA CORRENTE E EM EVENTUAIS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE TITULARIDADE DO DEMANDANTE. QUITAÇÃO DA PARCELA OCORRIDA APENAS EM 06.01.2015. INSCRIÇÃO REALIZADA ENQUANTO O AUTOR ESTAVA INADIMPLENTE. ATO ILÍCITO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0300028-31.2015.8.24.0031, de Indaial, rel. Des. Tulio Pinheiro, Julgado em 11-05-2017)

Assunto: Ausência de interesse de agir em ação cautelar de exibição de documentos quando indemonstrado prévio requerimento administrativo desatendido.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PEDIDO GENÉRICO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO EM RELAÇÃO A DOCUMENTOS ESPECÍFICOS. INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSENTE. NÃO COMPROVAÇÃO DA NEGATIVA DE ATENDIMENTO PELO BANCO. INTERESSE DE AGIR QUE NÃO RESTOU CONFIGURADO. PRETENSÃO

RESISTIDA.INEXISTENTE. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL.DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 13ª C.Cível - AC - 1555880-4 - Colorado - Rel.: Fernando Ferreira de Moraes, Julgado em 26.04.2017, Publicado em 10/05/2017)

Assunto: Legalidade de dispositivo estatutário que exige a aprovação em processo de seleção pública de provas e títulos para a admissão de novos cooperados.



DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. "AÇÃO COMINATÓRIA" AJUIZADA PARA COMPELIR A INCLUSÃO DA AUTORA NO QUADRO MÉDICO DA COOPERATIVA RÉ, INDEPENDENTEMENTE DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS NO ESTATUTO (TESTE SELETIVO E TEMPO MÍNIMO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA). AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIU A PRETENSÃO EMERGENCIAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ELENCADOS NO ARTIGO 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 6ª C.Cível - AI - 1634947-6 - Curitiba - Rel.: Renato Lopes de Paiva, Julgado em 18.04.2017, Publicado em 12/05/2017)

Assunto: Legalidade da limitação de reembolso pelo plano de saúde, quando usuário opta por profissional não conveniado.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. PLANO DE SAÚDE. RELAÇÃO DE CONSUMO. REEMBOLSO DE DESPESAS COM HONORÁRIOS MÉDICOS NÃO CREDENCIADOS. EXISTÊNCIA DE OUTROS PROFISSIONAIS CONVENIADOS. INTERVENÇÃO CIRÚRGICA NÃO EMERGENCIAL OU URGENTE. LIMITAÇÃO CONTRATUAL LEGÍTIMA. ART. 12, VI, DA LEI N. 9.656/1998. DEFERIMENTO TÁCITO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EXPRESSA CONCESSÃO ACOLHIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJAL, 0728154-65.2014.8.02.0001, Relator(a): Des. Domingos de Araújo Lima Neto, 3ª Câmara Cível, Data do julgamento: 08/05/2017, Data de registro: 09/05/2017)

Assunto: Incabível o reembolso de procedimento cirúrgico realizado em hospital não credenciado ante a existência de profissionais e hospitais credenciados aptos à realização do parto.



PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO REALIZADO EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. REEMBOLSO - NÃO CABÍVEL. EXISTÊNCIA DE HOSPITAIS E MÉDICOS CREDENCIADOS APTOS À REALIZAÇÃO DO PARTO. ATENDIMENTO EM HOSPITAIS NÃO CREDENCIADOS APENAS DEVE OCORRER EM CASOS EXCEPCIONAIS. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(TJPE; Apelação 433990-8; 0068027-33.2013.8.17.0001; Relator(a): Eduardo Augusto Paura Peres; Órgão julgador: 6ª Câmara Cível; Data do julgamento: 18/04/2017; Data de publicação: 08/05/2017)

Assunto: Legalidade da negativa de custeio de despesas com médicos não conveniados quando indemonstrada imperfeição do serviço prestado pela rede credenciada.



CIVIL - CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - PLANO DE SAÚDE - SENTENÇA QUE REVOGOU OS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA E JULGOU IMPROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO - RECURSO DE APELAÇÃO - OPÇÃO POR MÉDICO NÃO CREDENCIADO - COBERTURA - NÃO CABIMENTO - A OPERADORA DE SAÚDE NÃO ESTÁ OBRIGADA A CUSTEAR DESPESAS COM MÉDICOS NÃO CONVENIADOS QUANDO NÃO COMPROVADO, PELO SEGURADO, EVENTUAL IMPERFEIÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO PELA REDE CREDENCIADA, NECESSIDADE DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL OU SITUAÇÃO EXCEPCIONAL, COMO INTERRUPTÃO DO ATENDIMENTO - DANO MORAL - NÃO CONFIGURADO - VERIFICADO QUE A RECUSA DA SEGURADORA EM CUSTEAR O TRATAMENTO NECESSITADO PELA AUTORA NÃO FOI ILEGAL, NA MEDIDA EM QUE BASEADO EM CLÁUSULAS CONTRATUAIS ONDE O USUÁRIO TEVE CIÊNCIA PRÉVIA, BEM COMO DEMONSTRADO QUE A REQUERIDA COLOCOU À DISPOSIÇÃO DA PACIENTE DIVERSOS PROFISSIONAIS E HOSPITAIS CREDENCIADOS, NÃO HÁ FALAR EM DANOS MORAIS - ASTREINTE NÃO DEVIDA - APELO NÃO PROVIDO.

(TJPE; Apelação 446882-6; 0039427-70.2011.8.17.0001; Relator(a): Josué Antônio Fonseca de Sena; Órgão julgador: 1ª Câmara Cível; Data do julgamento: 18/04/2017; Data de publicação: 09/05/2017)

Assunto: Configuração de dano moral à honra objetiva da pessoa jurídica pela propaganda que induz o consumidor a erro, levando a crer que outros planos de saúde estejam à revelia das normas da ANS.



APELAÇÃO. CIVIL. PROPAGANDA ENGANOSA. CONCORRENCIA DESLEAL. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. VIOLAÇÃO À HONRA OBJETIVA. RECURSO IMPROVIDO. À UNANIMIDADE. A propaganda deve ser veiculada conforme o entendimento do homem médio, sob pena de passar ideia equivocada. No caso concreto, o termo utilizado na propaganda, que indica fiscalização e aprovação junto à ANS (Agência Nacional de Saúde), leva a crer a falsa ideia de que os outros planos de saúde estão à revelia das normas da ANS. A hipótese se enquadra no conceito de propaganda enganosa, que induz o consumidor a erro, nos termos do art. 37 do CDC e na

concorrência desleal prevista no art. 195 da Lei 9.279/1996. Para a pessoa jurídica, o dano moral à honra objetiva não se configura in re ipsa, sendo necessária a comprovação, entretanto é possível a utilização de presunções e regras de experiência no julgamento, casos em que se dispensa diretamente a prova. Presume-se que a concorrência desleal com a intenção de desvio de clientela, em que se valoriza a marca de uma empresa em detrimento de outra, provoca dano à imagem da empresa concorrente perante os clientes, causando mácula à reputação social da Apelada. Restaram configurados os requisitos da responsabilidade civil do art. 186 do CC, quais sejam a conduta ilícita (propaganda enganosa e concorrência desleal) que provocou mácula à reputação social da Apelada. Recurso improvido à unanimidade.

(TJPE; Apelação 265176-1; 0006838-82.2007.8.17.0480; Relator(a): Itabira de Brito Filho; Órgão julgador: Câmara Extraordinária Cível; Comarca: Caruaru - 4ª Vara Cível; Data do julgamento: 11/04/2017; Data de publicação: 08/05/2017)

Assunto: Ilegalidade do rateio igualitário dos prejuízos da cooperativa entre os associados, podendo somente ser feito em relação às despesas gerais da sociedade.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COOPERATIVA - DELIBERAÇÃO DE RATEIO IGUALITÁRIO DOS PREJUÍZOS - QUÓRUM MÍNIMO OBSERVADO EM ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - ART. 40, III DA LEI 5.764/71 - RATEIO IGUALITÁRIO SOMENTE POSSÍVEL EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS E NÃO ÀS PERDAS - SUPREMACIA DA ASSEMBLEIA GERAL É RELATIVA - LIMITE ESTATUTÁRIO E LEGAL - DELIBERAÇÃO INVÁLIDA - REFORMA - IMPROCEDÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1) O quórum mínimo exigido pelo inciso III do artigo 40 da Lei 5.764/71, foi cumprido, vez que a partir de verificação no livro de presença, foi constatada a presença de 18 (dezoito) associados. 2) O próprio estatuto da cooperativa apelante prevê a distribuição das perdas de maneira proporcional aos juros e comissões que os associados houverem pago. A soberania da Assembleia Geral não é absoluta, devendo ser observados os limites legais e estatutários. Assembleia realizada não observou as disposições legais no sentido de que o rateio das sobras líquidas ou dos prejuízos não pode ser realizado de maneira igualitária entre os associados, podendo somente ser feito em relação às despesas gerais da sociedade. Precedentes STJ e TJES. 3) A deliberação em Assembleia Geral no sentido de que as perdas da Cooperativa deveriam ser rateadas igualmente entre os cooperados viola flagrantemente o disposto no parágrafo 3º do artigo 52 do Estatuto Social da Cooperativa e o previsto nos artigos 80 e 89 da Lei nº 5.764/1971. 4) Apelação cível conhecida e provida a fim de julgar improcedente o pleito autoral e anular a deliberação feita em Assembleia Geral, visto que viola flagrantemente o Estatuto da Cooperativa e artigos da Lei 5.764/71. 5) Ficam invertidos os ônus de sucumbência, com a condenação da autora ao pagamento das custas processuais e da verba honorária, que ora mantenho em R\$2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no §8º do art. 85 do CPC/2015.

(TJES, Classe: Apelação, 48110142493, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 02/05/2017, Data da Publicação no Diário: 12/05/2017)

Assunto: Legalidade da deliberação de eliminação de cooperado do quadro social da cooperativa, tomada em AGE, quando oportunizada a prévia ciência da penalidade e interposição de recurso administrativo.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA - EXCLUSÃO DE MÉDICO COOPERADO - FALTAS DISCIPLINARES PREVISTAS NO ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO DA COOPERATIVA MÉDICA - DECISÃO TOMADA EM ASSEMBLÉIA - RESPEITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM A PROBABILIDADE DO DIREITO INVOCADO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - DECISÃO REFORMADA. 1 - Na espécie, o presente agravo de instrumento foi interposto em razão de decisão liminar que suspendeu os efeitos de deliberação tomada em assembleia que excluiu o agravado dos quadros da cooperativa médica agravante. 2 - Ao que tudo aponta, ao agravado foi oportunizada a prévia ciência da penalidade imposta, permitindo a interposição de recurso administrativo em face da decisão tomada pelo Conselho de Administração da Cooperativa Médica agravante, não havendo que se falar em afronta aos princípios da ampla defesa e contraditório. 3 - Os documentos produzidos até o presente momento processual não demonstram qualquer mácula que possa anular a deliberação realizada na Assembleia Geral Extraordinária, oportunidade na qual o agravado. Ao revés, tal decisão possui embasamento legal, diante da apurada violação do artigo 8º, inciso VII e artigo 14, § 1º, c, do Estatuto Social da agravante e do artigo 6º, I e artigo 14, VI, do Regimento Interno. 4 - Embora inegável que a imediata exclusão do agravado possa trazer consequências em sua esfera econômica, não resta evidenciada a probabilidade do direito invocado, sendo que tal requisito se mostra imprescindível para fins de deferimento da tutela de urgência. 5 - Conforme pacífico entendimento deste e. Tribunal de Justiça, o deferimento de tutela provisória de urgência demanda a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

(TJES, Classe: Agravo de Instrumento, 24169016508, Relator: ELISABETH LORDES, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL)

Assunto: Aplicabilidade da Lei nº 5.764/71 às cooperativas em liquidação judicial, que não exclui a incidência de juros de mora após a liquidação extrajudicial.



APELAÇÃO - COOPERATIVA EM LIQUIDAÇÃO - IMPUGNAÇÃO DO CRÉDITO - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - LEI 11.101/05 - NÃO INCIDÊNCIA - PRELIMINAR AFASTADA - FLUÊNCIA DE JUROS DE MORA - LEI 5.764/71 - SENTENÇA REFORMADA. Às cooperativas em liquidação judicial não se aplica o procedimento previsto na Lei 11.101/05. Em se tratando de cooperativa, aplica-se a Lei 5.764/71, a qual não exclui a fluência de juros após a liquidação extrajudicial.

(TJMG - Apelação Cível 1.0499.15.001952-3/001, Relator(a): Des.(a) Antônio Bispo, 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/04/2017, publicação da súmula em 12/05/2017)

Assunto: Não caracterização de propaganda enganosa pela cooperativa quando informa claramente ao cooperado que o direito ao financiamento do imóvel está condicionado à integralização parcial de quotas da cooperativa.



APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE PROPAGANDA ENGANOSA POR PARTE DA COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDOR QUE ADERIU À COOPERATIVA CASABELLA CARIOCA COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. PROVA ORAL INDEFERIDA. AGRAVO RETIDO. NÃO ACOLHIMENTO. DEPOIMENTO TESTEMUNHAL QUE NÃO É ÚTIL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. PROVA DOCUMENTAL QUE É CABAL PARA EXAME DA QUESTÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE DEVE SER MANTIDA. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO QUE DIVERGE DAS DEMAIS AÇÕES JULGADAS POR ESTA CÂMARA. AUTOR QUE TINHA PLENA CIÊNCIA DE QUE DEVERIA TER CONTRIBUIÇÃO DE PERCENTUAL MÍNIMO PARA OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO. IRESIGNAÇÃO AUTURAL QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(TJRJ, APELAÇÃO N. 0034451-32.2013.8.19.0021, Des(a). LUIZ ROBERTO AYOUB - Julgamento: 06/04/2017 - VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR)

Assunto: Responsabilização civil de concessionária por interrupção do fornecimento de energia elétrica em instalação industrial por mais de dez horas, ocasionando a deterioração da mercadoria produzida pela Cooperativa.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. AMPLA. INTERRUPTÃO DO SERVIÇO. Sentença condenando ao pagamento dos danos materiais e danos morais fixados em R\$ 5.000,00. Irresignação da concessionária. Interrupção do fornecimento de energia elétrica em instalação industrial por mais de dez horas que ocasionou a paralisação da linha de produção da Cooperativa e interrompeu a refrigeração necessária para a manutenção do queijo produzido. Deterioração da mercadoria. Dano material comprovado. A falta de fornecimento de energia restou incontroversa. Alegação de que a interrupção se deu por segurança em razão de descargas elétricas que assolaram a região na data. Descargas atmosféricas ocorreram no dia anterior e por curto período de tempo, não justificam a interrupção do serviço no dia seguinte sem a devida notificação do consumidor. Falha na prestação do serviço. Configurado o dano moral in re ipsa. Incidência do enunciado sumular nº 192 do TJRJ. Valor fixado que atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e não deve ser modificado. Súmula nº 343 desta Corte. Sentença mantida. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Honorários advocatícios majorados - art. 85, §11, do CPC/2015.

(TJRJ, APELAÇÃO N. 0000169-63.2016.8.19.0020, Des(a). EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA - Julgamento: 10/05/2017 - DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL)

Assunto: Comprovação de envio de notificação aos usuários para fins de resolução de contrato de plano de saúde por inadimplemento afasta responsabilização por danos morais.



Plano de saúde. Resolução. Inadimplência. Comprovação do envio de notificação, conforme art. 13, par. único, II, da Lei 9.656/98. Danos morais indevidos. Sentença mantida. Recurso desprovido.

(TJSP, Apelação nº 4001169-37.2013.8.26.0506, Relator(a): Claudio Godoy; Comarca: Ribeirão Preto; Órgão julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 12/05/2017; Data de registro: 12/05/2017)

Assunto: Legalidade da inscrição do nome de devedor de operação de desconto de títulos em cadastro de inadimplentes.



RESPONSABILIDADE CIVIL. Danos morais. Falta de verossimilhança das alegações do autor. Inadmissibilidade da inversão do ônus probatório. Registro regular do nome do autor em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. Falta de prova do pagamento de cheque de terceiro, devolvido por insuficiência de fundos, e que havia sido descontado em operação adiantamento de crédito [cédula de crédito bancário]. Inscrição do nome do autor em cadastro de inadimplentes que configurou exercício regular de direito da cooperativa credora. Consideração de que incumbe aos órgãos de proteção ao crédito e não ao credor a notificação prévia a que alude o artigo 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Dano moral não configurado. Pedido inicial julgado improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido. Dispositivo: negaram provimento ao recurso.

(TJSP, Apelação n.º 1001181- 98.2016.8.26.0344, Relator(a): João Camillo de Almeida Prado Costa; Comarca: Marília; Órgão julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/05/2017; Data de registro: 12/05/2017)

Assunto: Ausência da caracterização de medida discriminatória quando há vedação de benefício assistencial gratuito aos dependentes com mais de 60 anos em caso de morte do contratante, em observância do equilíbrio das relações contratuais.



Apelação. Plano de saúde. Cláusula de benefício assistencial gratuito aos dependentes em caso de morte do contratante. Previsão de que o benefício não favoreceria dependentes de contratantes com mais de 60 anos. Cláusula válida. Medida discriminatória não caracterizada. Necessidade de manter o equilíbrio das relações contratuais. Apelada que tinha ciência da limitação quando da

contratação. Comportamento contraditório não verificado. Aplicação do princípio da obrigatoriedade do contrato (pacta sunt servanda). Recurso provido.

(TJSP, Apelação nº 1002387- 93.2015.8.26.0438, Relator(a): Hamid Bdine; Comarca: Penápolis; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 27/04/2017; Data de registro: 11/05/2017)

Assunto: Legitimidade ativa da União para a cobrança dos valores a contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a produção açucareira (IAA).



APELAÇÃO - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONOMICO SOBRE A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA - LEI FEDERAL 4.870/65 - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - Ato praticado na vigência do antigo CPC - Aplicação do artigo 14 do novo CPC - Controvérsia relativa à taxa estabelecida pelo Decreto-lei nº 3.855/41 e Lei Federal nº 4.870/65, destinada ao Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, extinto em 1990 - Valores relativos a 1,5% do valor da tonelada de cana posta na esteira da Usina, destinado ao reajuste de capital a ser recolhido em favor de Cooperativa de Crédito - Fixação pelo STJ, no REsp 655.800/AL (rel. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. 06/12/2007), da legitimidade ativa da União para a cobrança dos valores, após a extinção do IAA - Incompetência da Justiça Comum Estadual - Inteligência do art. 109, I, da Constituição Federal - Anulação dos atos decisórios de primeiro grau - Determinação de remessa dos autos a uma das Varas da Justiça Federal - Recurso não conhecido, com determinação de remessa do feito à Justiça Federal.

(TJSP, Apelação nº 0051226-17.2012.8.26.0651, Relator(a): Maurício Fiorito; Comarca: Valparaíso; Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 09/05/2017; Data de registro: 10/05/2017)

Assunto: Possibilidade de protesto de Certidão de Objeto e Pé ante a impossibilidade de apresentação dos títulos originais.



EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Protesto - Impossibilidade de apresentação dos títulos originais junto ao Cartório - Possibilidade de protesto de Certidão de objeto e pé - Documento que representativo de débito - Decisão mantida - Recurso não provido

(TJSP, Agravo de Instrumento nº 2015899-14.2017.8.26.0000, Relator(a): Maia da Rocha; Comarca: Olímpia; Órgão julgador: 21ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/05/2017; Data de registro: 11/05/2017)

Assunto: Dever de suspensão das ações executórias em desfavor de cooperativa após decretação de sua liquidação extrajudicial.



Plano de saúde. Indenização. Cumprimento de sentença. Pleito de suspensão da execução em razão do decreto de liquidação extrajudicial da agravante. Acolhimento. Crédito individual do agravado que não pode se sobrepor aos demais. Recorrido que deverá habilitar seu crédito no âmbito do procedimento referido. Agravo provido.

(TJSP, Agravo de Instrumento nº 2006073-61.2017.8.26.0000, Relator(a): Natan Zelinschi de Arruda; Comarca: Santos; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 09/05/2017; Data de registro: 09/05/2017)

Assunto: Improcedência do pedido de reembolso pelo plano de saúde quando usuário opta por consulta eletiva particular, havendo profissional credenciado.



RECURSO INOMINADO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - TRATAMENTO MÉDICO - PLANO COLETIVO DE SAÚDE - PRELIMINARES REJEITADAS - DEVOLUÇÃO AO SEGUNDO GRAU QUE ENVOLVE DIREITO DE ASSOCIADO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO AO REEMBOLSO DE CONSULTAS PARTICULARES E ELETIVAS - PROFISSIONAL MÉDICO ORTOPEDISTA CREDENCIADO COM AGENDAS DIVERSAS PARA CONSULTAS PARTICULARES E PARA CONSULTAS A ASSOCIADOS DO PLANO - NÃO EVIDENCIAÇÃO DE SITUAÇÃO DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA - PREVISÃO CONTRATUAL QUE EXPRESSAMENTE EXCLUI A COBERTURA DE CONSULTAS PARTICULARES, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DO ART. 12, INCISO VI, LEI N. 9.656/98 - OPÇÃO DA PACIENTE PELA CONSULTA ELETIVA PARTICULAR - ESCOLHA CUJAS CONSEQUÊNCIAS QUE NÃO PODEM SER OPOSTÍVEIS À COOPERATIVA MÉDICA, SOBRETUDO PORQUE NÃO HÁ SOLICITAÇÃO DE SUA INTERVENÇÃO - REEMBOLSO INDEVIDO - INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO - DANOS MORAIS INOCORRENTES - REFORMA DA SENTENÇA PARA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO - RECURSO PROVIDO.

(TJMS. Apelação n. 0801761-10.2016.8.12.0019, Ponta Porã, 1ª Turma Recursal Mista, Relator (a): Juíza Joseliza Alessandra Vanzela Turine, j: 12/05/2017, p: 12/05/2017)

Assunto: Configuração de litispendência quando, além de idênticas as partes, a matéria discutida em sede de embargos à execução coincidir com a anteriormente analisada em ação revisional.



APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE CONEXÃO POR CONTINÊNCIA - SÚMULA 235 DO STJ MATÉRIA - DISCUTIDA EM AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C.C DECLARATÓRIA PROPOSTA ANTERIORMENTE JÁ SENTENCIADA - LITISPENDÊNCIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM

JULGAMENTO DO MÉRITO - RECURSO IMPROVIDO. I. Não cabe conexão por continência quando a ação revisional c.c declaratória anteriormente proposta mais abrangente já tiver sentença proferida e aguardando análise de recurso. (súmula 235 do STJ). II. Verificado que as partes, causa de pedir e pedido dos embargos à execução são os mesmos de ação de revisão c.c declaratória anterior mais abrangente deve ser reconhecida a litispendência.

(TJMS. Apelação n. 0804388-83.2013.8.12.0021, Três Lagoas, Mutirão - Câmara Cível I - Provimento nº 391/2017, Relator (a): Des. Alexandre Bastos, j: 11/05/2017, p: 12/05/2017)

Assunto: Impossibilidade de utilização de embargos de declaração para impugnação de questão não decidida em primeiro grau de jurisdição e não alegada em sede de apelação.



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - EMBARGOS REJEITADOS. Controvérsia centrada na discussão sobre a existência de omissão no acórdão. 2. Nos termos do art. 1.022, do Código de Processo Civil/2015, os Embargos de Declaração - recurso de natureza estrita e de fundamentação vinculada - são cabíveis apenas para: a) esclarecer obscuridade; b) eliminar contradição; c) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, e/ou d) para corrigir eventual erro material. 3. Não pode haver, em sede de Embargos de Declaração, questionamento originário, ou seja, impugnação de questão antes não decidida em primeiro grau de jurisdição e sequer alegada no recurso de apelação. 4. Embargos de Declaração rejeitados.

(TJMS. Embargos de Declaração n. 0845043-60.2013.8.12.0001, Campo Grande, 2ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Paulo Alberto de Oliveira, j: 10/05/2017, p: 12/05/2017)

Assunto: Impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em sede recursal, quando não requerida em primeira instância.



APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DO DEVEDOR - PRELIMINAR - ARGUIÇÃO DE OFÍCIO - NÃO CONHECIMENTO DAS IMPUGNAÇÕES RELATIVAS À REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - INOVAÇÃO - APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 1.013 DO CPC - SITUAÇÃO NÃO AMPARADA NAS REGRAS DE EXCEÇÃO - MÉRITO - EXECUÇÃO - INSTRUÇÃO DA INICIAL COM DEMONSTRATIVO DO DÉBITO - INDICAÇÃO DOS ENCARGOS APLICADOS - REGULARIDADE DA INICIAL DA EXECUÇÃO E DE SUA DOCUMENTAÇÃO - NULIDADE INEXISTENTE - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO; NA PARTE CONHECIDA DESPROVIDO. Os efeitos devolutivos e translativo que circundam a apelação não permitem, salvo situações que a própria regra processual excepciona, a análise de temas que não foram submetidos à avaliação do juiz singular. Não se conhece do pedido de revisão de cláusulas do contrato de mútuo, por se tratar de inovação. Não há se falar em nulidade da execução quando a inicial está instruída com os documentos exigidos no inciso I do art. 798 do CPC, notadamente o

demonstrativo do débito em que indica quais os encargos incidentes, convencionados no título de crédito.

(TJMS. Apelação n. 0801243-59.2016.8.12.0006, Camapuã, 5ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, j: 09/05/2017, p: 10/05/2017)

Assunto: Impossibilidade de extinção do processo sem resolução de mérito no decurso do prazo de 6 meses de suspensão do feito pactuado entre as partes.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SUSPENSÃO DO PROCESSO POR CONVENÇÃO DAS PARTES - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM A CIÊNCIA DA PARTE - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO QUE VEDA A DECISÃO SURPRESA - ARTS. 9º E 10, AMBOS DO CPC - SUSPENSÃO DO FEITO PELO PRAZO MÁXIMO DE SEIS MESES - ART. 133, §4º, CPC - RECURSO PROVIDO. A extinção do processo sem a prévia ciência das partes viola os princípios insertos nos artigos 9º e 10 do CPC. Isso porque o judiciário deve sempre incentivar a resolução dos conflitos mediante a autocomposição da lide, mas sem descuidar das garantias atinentes ao devido processo legal. Nos termos do art. 133, inc. II, §4º, do CPC, as partes podem convencionar acerca da suspensão do processo por prazo não superior a seis meses, justamente porque nesse período podem encontrar uma solução mais adequada para o litígio. Assim, não há como extinguir o processo antes do decurso do prazo de seis meses, justamente porque nesse período poderá ocorrer o inadimplemento das parcelas convencionadas, fato que permitirá a continuidade do processo nos termos do acordo noticiado nos autos.

(TJMS. Apelação n. 0800378-14.2017.8.12.0002, Dourados, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Eduardo Machado Rocha, j: 09/05/2017, p: 10/05/2017)

Assunto: Ineficácia da quitação dada pelo credor quando demonstrado não ter ocorrido a compensação dos cheques dados em pagamento da dívida.



RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. PAGAMENTO DE DÍVIDA POR MEIO DE CHEQUE. DEVOLUÇÃO DE CARTULA POR INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS. TÍTULO DE CRÉDITO PRO SOLVENDO. RECIBO DE QUITAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. SUBSISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO ORIGINÁRIA. LEGÍTIMA A INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO.

(TJAC; 0013695-16.2014.8.01.0070; Relator(a): Juiz de Direito Fernando Nobrega da Silva; Comarca: Rio Branco; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 04/05/2017; Data de registro: 08/05/2017)

Assunto: Legalidade do cancelamento automático do plano de saúde do filho maior de 25 anos de idade.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - PACIENTE BENEFICIÁRIO INDIRETO DO PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS - PLANSÁUDE - ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE SUBMISSÃO URGENTE A PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE COLECISTECTOMIA POR VÍDEO - AGRAVANTE EXCLUÍDO DO PLANO DE SAÚDE POR JÁ HAVER COMPLETADO 25 ANOS DE IDADE - DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU ACERTADA - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NO DECISUM HOSTILIZADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO, MAS NEGADO PROVIMENTO PARA MANTER INCÓLUME A DECISÃO RECHAÇADA. DECISÃO UNÂNIME. 1 - Na ação originária alegou o ora recorrente que é usuário do PLANSÁUDE- Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, e apresenta cálculos na vesícula - CID (K 81.0), necessitado com urgência de ser submetido a procedimento cirúrgico de colecistectomia por vídeo. 2 - Ao ser solicitado o plano de saúde negou a autorização para a realização da sua cirurgia sob o argumento de que o recorrente teria sido automaticamente excluído do plano de assistência médica por já haver completado 25 anos de idade que é a idade máxima permitida para o filho dependente. 3 - No caso em exame, entendo que razão não assiste o pedido da agravante, uma vez que a decisão combatida não merece reparos, tendo em vista que o Douto Magistrado Singular, com base na legislação que rege o plano de saúde do qual o recorrente seria dependente indireto, julgou por bem, indeferir o pedido de liminar, por não vislumbrar comprovado de forma inexorável, a ilegalidade do cancelamento automático do plano de saúde, do filho maior de 25 anos de idade. 4 - Verifica-se que na decisão agravada o Douto Magistrado Singular ressaltou que: "não é o plano obrigado a atender filho maior desta idade como beneficiário indefinidamente. Do contrário não havia razão da lei estabelecer limite de idade para o beneficiário. Não se trata de exclusão pelo inadimplemento que exige notificação prévia." 5- Observa-se que não merece guarida a pretensão do agravante que se encontra escorada na alegação de que faz jus ao atendimento médico hospitalar não obstante já haver completado 25 anos de idade. 6 - Agravo de instrumento conhecido, mas negado provimento para manter incólume a decisão hostilizada que não vislumbrou ilegalidade na exclusão de filho maior de 25 anos de idade que é dependente indireto, do plano de saúde da Agravada. Decisão unânime.

(TJTO, AI 0000196-50.2017.827.0000, Rel. Desa. JACQUELINE ADORNO, 3ª Turma, 1ª Câmara Cível, julgado em 03/05/2017, registro do acórdão em 09/05/2017)

Assunto: Impossibilidade de reconhecimento de danos materiais e morais em caso de procedimento cirúrgico malsucedido quando indemonstrado erro médico.



RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO (procedimento cirúrgico de emergência, na vesícula, que causou na paciente parada cardiorrespiratória, acarretando lesão cerebral, deixando-a em estado vegetativo). Inexistência de prova da culpa: a responsabilidade é subjetiva, o que requer do autor

da ação a demonstração do fato constitutivo do direito (art. 373, I, do CPC). Ação instruída com depoimentos dez testemunhas e prova pericial. APELAÇÃO IMPROVIDA.

(TJTO, AP 0001371-50.2015.827.0000, Rel. Des. LUIZ GADOTTI, Rel. em substituição Juiz ZACARIAS LEONARDO, 2ª Turma da 1ª Câmara Cível, julgado em 03/05/2017, registro do acórdão em 11/05/2017)

Pautas de Julgamento



59 processos pautados nos Tribunais Superiores.



SAÚDE

22 recursos no STJ

01 recurso no STF



CRÉDITO

12 recursos no STJ



AGROPECUÁRIO

14 recursos no STJ

01 recurso no STF



HABITACIONAL

05 recursos no STJ



TRANSPORTE

02 recursos no STJ



PRODUÇÃO

01 recurso no STJ



CONSUMO

01 recurso no STJ

Clique e acesse a pauta completa no STJ



Clique e acesse a pauta completa no STF



Elaborado pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

61 3217-2104 - www.somoscooperativismo.coop.br

coop

Cooperativas
integradas por
membros associados



Sistema OCB
ENCOOP - OCB - SEICOOP